

Jornal do Commercio – 01/10/2007

Hidrelétricas: investimentos promissores

ROGÉRIO GOMES

ESPECIAL PARA O JORNAL DO COMMERCIO

Embora haja muita discussão e dúvidas sobre a expansão da oferta de energia elétrica no Brasil no futuro, uma coisa é certa: em termos de investimentos, o setor elétrico será muito atrativo, pelo menos pelos próximos vinte anos. De acordo com estimativas da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o segmento movimentará algo em torno de US\$ 273 bilhões até 2030, dos quais R\$ 86,6 bilhões incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal.

A maior parte dos investimentos será aplicada em geração de energia. E as águas continuarão rolando por um bom tempo. Ao que tudo indica, o Brasil manterá a sua vocação hídrica na produção de energia elétrica no futuro, porém com peso um pouco menor. Nos próximos 20 anos, a fatia da fonte hídrica na matriz elétrica cairá de 91% para 78%. Apesar da queda, o número permanecerá expressivo. Afinal, a capacidade instalada de hidrelétricas no Brasil saltará de 68,6 mil MW para 156,3 mil MW, o equivalente a um crescimento de 127,8%.

"É impossível o Brasil avançar no equilíbrio entre oferta e demanda sem a participação de hidrelétricas. Hoje, só usamos 28% do potencial hídrico do País para a geração de energia", argumenta o presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), Flavio Neiva.

Para alcançar a meta prevista pela EPE, projetos não faltam. Entre os principais, estão as usinas do complexo do Rio Madeira (Santo Antônio, com 3.100 MW, e Jirau, com 3.350 MW), em Rondônia, e a de Belo Monte (de 11.182 MW), na volta do Rio Xingu, no Pará. Juntas, as três hidrelétricas somam capacidade instalada de 17,6 mil MW, o equivalente a quase a metade do total previsto no Plano Decenal de Energia Elétrica 2007-2016, da EPE, e 20% do montante estimado para entrar em operação até 2030.

O complexo do Rio Madeira está mais adiantado e uma de suas hidrelétricas, de Santo Antonio, deverá ser licitada ainda este ano. Já Belo Monte ainda tem restrições, principalmente por afetar áreas indígenas. Mesmo assim, a Eletrobrás se antecipou e apresentou no início de setembro, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a evolução dos estudos de viabilidade ambiental.

Há ainda na gaveta outros projetos importantes que deverão ser licitados no futuro. Entre eles, destacam-se os das hidrelétricas de Serra Quebrada (TO/MA), de 1.328 MW, Marabá (PA/MA), de 2.160 MW, e Teles-Pires (SP), de 1.820 MW. Os três estão em fase de estudos. Além disso, entre os levantamentos concluídos ou em desenvolvimento pela EPE, estão a Avaliação Ambiental Integrada (AAI) de seis bacias e seis estudos de inventários de bacias. Até o momento, já foram desembolsados R\$ 130 milhões em levantamentos. Acredita-se que as AAI e os estudos de inventário reduzirão o tempo gasto nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos.

A grande preocupação dos investidores, no entanto, é justamente o impasse ambiental para a liberação das hidrelétricas, o que tem provocado atrasos significativos no cronograma de obras de algumas usinas. As exigências socioambientais também estão encarecendo o custo dos projetos. "A hidrelétrica de Estreito, a maior usina em construção no momento, tem um custo de aproximadamente R\$ 3,3 bilhões. Desse total, R\$ 350 milhões são investimentos apenas em compensações socioambientais", ressalta o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales.

A saída no futuro será buscar projetos com a maior capacidade de contribuição para o sistema elétrico e com o menor impacto ambiental possível. Uma forma de avaliar a eficiência e a viabilidade ambiental dos empreendimentos é a relação área alagada por megawatt instalado. As usinas do Rio Madeira, por exemplo, terão uma relação de 0,08 km² por megawatt instalado, bem abaixo da média nacional, de 0,52 km². A hidrelétrica de Campos Novos, de 880 MW de potência,

em Santa Catarina, a maior usina a entrar em operação em 2007, tem uma relação de apenas 0,04 km² por MW instalado, a metade da calculada para Santo Antonio e Jirau.

Estratégia de crescimento

Com a estratégia do governo de aperfeiçoar o regime de complementaridade da fonte hídrica e diversificar a matriz elétrica, as termelétricas também vão ganhar espaço no futuro. A expectativa da EPE é que a capacidade instalada da fonte térmica no país salte de 16,9 mil MW, em 2005, para 39,8 mil MW, em 2030, o equivalente a um crescimento de 57,5%.

A expectativa do setor é que o gás natural assuma um papel cada vez mais importante na geração de energia elétrica do País. O impulso para essa fonte no Brasil se deu basicamente por meio do Programa Prioritário de Termelétricas (PPT), em 2000.

Depois do racionamento, que provocou a queda de cerca de 20% no consumo de energia elétrica, o governo estimulou o uso do gás natural em diversos segmentos da economia, principalmente a indústria. Para restabelecer a oferta de gás natural no Brasil e assegurar combustível para as térmicas, a Petrobras vai investir R\$ 22,4 bilhões na importação de gás natural liquefeito (GNL) e no aumento da produção de gás no País, principalmente na Bacia de Santos.

A energia nuclear também terá avanço na matriz elétrica brasileira. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou, no início de julho, a retomada das obras, no Rio de Janeiro, da usina de Angra 3, de 1.350 MW. Como condicionante, o órgão determinou que sejam revisados os custos do empreendimento, estimado em R\$ 7,2 bilhões. Até hoje, já foram gastos US\$ 750 milhões na compra de equipamentos para a usina. Os planos do governo, porém, vão muito além de Angra 3.

A EPE indica a construção de mais quatro usinas nucleares, de mil MW cada, sendo duas no Sudeste e duas no Nordeste. Os estados ainda não foram definidos. As cinco usinas juntas elevarão a capacidade instalada de energia nuclear de 2 mil MW para até 7,3 mil MW, nos próximos 25 anos.

Outra fonte térmica que reaparece na lista de novos projetos de geração é o carvão mineral. Segundo Sales, do Acende Brasil, a dificuldade na liberação ambiental de novas hidrelétricas e o aumento dos preços da energia no País propiciam um cenário favorável para o desenvolvimento de projetos a partir do carvão. "De 2005 a 2030, estima-se um crescimento de 4,6 mil MW de geração a carvão, totalizando 6 mil MW ao fim do período."

O segmento de transmissão também precisará de muitos investimentos para reforçar e ampliar o Sistema Interligado Nacional (SIN). A estimativa de aportes para o setor para os próximos quatro anos é de R\$ 2,6 bilhões, de acordo com o Programa de Expansão da Transmissão (PET) 2007-2011, da EPE. Desse total, R\$ 1,659 bilhão serão destinados a 14 linhas de transmissão, e R\$ 939,1 milhões à implantação de subestações.

Em 2008, o governo planeja leiloar dois projetos de grande porte: a linha Tucuruí-Macapá-Manaus (PA/AP/AM), de 1.911 km, que vai ligar as capitais do Amazonas e Amapá ao SIN, e Porto Velho-Araraquara (RO/SP), de 2,5 mil km, que conectará as usinas do complexo do Rio Madeira ao sistema. Juntos, os dois empreendimentos somam investimentos de R\$ 14 bilhões.